

PORTUGUÊS

As questões de números 1 a 3 referem-se ao texto que segue.

Que haja jardins em nosso tempo!!!!

*Clara passeava no jardim com as crianças.
[...] Não havia perigo.
Havia jardins, havia manhãs naquele tempo!!!
(Carlos Drummond de Andrade)*

A violência tem sido tão explorada pelos meios de comunicação, tão exibida sem nenhum questionamento e tão banalizada que as pessoas, “anestesiadas”, passaram a conviver com ela como se fosse algo natural e, portanto, inevitável.

Procuram, então, enfrentar a violência buscando soluções meramente individuais e segundo suas próprias possibilidades. Mudam-se para cidades menores, isolam-se em condomínios fechados e *shopping centers*, contratam seguranças ou, mais frequentemente, agarram-se à religião, como única garantia de salvação.

No entanto, não será dessa forma que iremos resolver situações que têm origens histórico-culturais, e sim com estratégias racionais e eficientes que promovam mudanças sociais. Mudanças que só se processam através de lutas políticas consistentes e de projetos de educação que reforcem a formação humanística voltada para a cidadania e a solidariedade. [...]

O autoritarismo na área educacional tem gerado, ao longo de nossa história, indivíduos revoltados, incapazes de dialogar e intolerantes em relação às diferenças individuais. Sua preocupação, centrada apenas no sucesso profissional e econômico – para as altas esferas sociais -, e num ofício que garanta, no mínimo, o emprego e a sobrevivência – para as classes mais baixas -, tem sido responsável pela formação de pessoas mais competitivas e menos solidárias.

A difusão da ideia de que a felicidade está em *ter*, muito mais do que em *ser*, tem criado bloqueios a experiências afetivas mais ricas e a projetos de vida mais consistentes, que transcendam os limites dos interesses meramente individuais para atingir os interesses coletivos. [...]

Disso tudo decorre a necessidade de o Estado, as comunidades religiosas, as escolas, empresas, sindicatos, agremiações esportivas, etc. investirem mais em centros de convivência, oficinas de arte, lazer alternativo (mais barato e saudável), esportes cooperativos, terapias de apoio e tudo o mais que possa propiciar o desenvolvimento da autoestima, respeito pelo outro, reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, a predisposição a contatos e relações prazerosas. Em outras palavras, deve-se investir na construção de uma *cultura da paz*.

Agindo assim, talvez possamos, amanhã, voltar a passear nos jardins, como fazia Clara e suas crianças, no poema cheio de saudades de Carlos Drummond de Andrade.

(Adaptado de: Júlia Falivene Alves. In: *Violência em debate*. São Paulo: Moderna, 1997. p. 59-75.)

01. Considere as seguintes afirmações:

- I. O texto critica o crescente individualismo e competitividade das pessoas, estimuladas, de alguma forma, pela educação.
- II. O texto inicia-se com uma epígrafe, cujo conteúdo não contrasta com a introdução, já que ambos retratam a violência.
- III. O texto centra a argumentação nas eventuais estratégias que poderiam ser adotadas na busca de soluções.

Está de acordo com o texto o que se afirma APENAS em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.

02. Com base no texto acima, assinale a única com raciocínio incoerente.

- (A) Aparece nesse texto um recurso sempre rico de possibilidades argumentativas: o uso da epígrafe.
- (B) Em todo o desenvolvimento dos parágrafos, a autora argumenta a respeito do mundo caótico em que vivemos hoje.
- (C) Estimula a ideia de que a felicidade possível, hoje, está ligada diretamente ao alto poder aquisitivo.
- (D) No parágrafo conclusivo, retoma os dizeres da epígrafe, reforçando a ideia de que passear nos jardins é possível.

03. A palavra “talvez” (em destaque) pode ser adequadamente substituída, no texto, por:

- (A) decerto
- (B) porventura
- (C) assaz
- (D) sequer

04. Em relação ao período “Concentro-me e ouço qualquer coisa que me parece música, mas vem de tão longe!”, está correto o que se afirma em:

- (A) contém duas orações coordenadas sindéticas.
- (B) contém uma oração subordinada adverbial conformativa.
- (C) contém um período composto formado por três orações.
- (D) contém uma oração subordinada substantiva subjetiva.

As questões 05, 06 e 07 referem-se ao poema que segue.

Vou-me à feira de Trancoso
Logo, nome de Jesu,
E farei dinheiro grosso.
Do que este azeite render
Comprarei ovos de pata,
Que he a cousa mais barata
Qu' eu de lá posso trazer.
E estes ovos chocarão;
Cada ovo dará um pato,
E cada pato um tostão,
Que passará de um milhão
E meio, a vender barato.
Casarei rica e honrada
Por estes ovos de pata,
E o dia que for casada
Sahrei *ataviada*
Com hum brial d'escarlata
E diante o desposado
Que me estará namorando:
Virei de dentro bailando
Assí dest'arte bailado
Esta cantiga cantando.

(Apud MAIA, Adhalmir Elias dos Santos. *Pequena antologia da língua portuguesa*. 2ª ed. São Paulo, Editora do Brasil, s.d. p. 260.)

05. Leia as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- I. O texto apresenta uma espécie de devaneio da personagem principal.
- II. O texto apresenta os sonhos de uma moça humilde: ganhar dinheiro e viver um grande amor.
- III. A personagem principal prioriza os valores materiais da Idade Média.
- IV. A intenção do autor é comover o leitor com as ilusões da personagem.

- (A) Somente I está correta.
- (B) Somente II está correta.
- (C) I e III estão corretas.
- (D) II e IV estão corretas.

06. Segundo o texto, qual é a melhor base para um casamento sólido?

- (A) amor
- (B) companheirismo
- (C) cumplicidade
- (D) dinheiro

07. Nos versos: “Casarei rica e honrada / Por estes ovos de pata” existe uma figura de pensamento. Qual das figuras abaixo é a figura ocorrente no poema?

- (A) sinestesia
- (B) antonomásia
- (C) ironia
- (D) eufemismo

Instruções para as questões de número 08 a 11.

Essas questões referem-se à compreensão de leitura. Leia atentamente cada uma delas e assinale a alternativa que esteja de acordo com o texto. Baseie-se exclusivamente nas informações nele contidas.

08. “Não muito remota é a conquista pedagógica que consiste na interpretação psicológica da criança como criança, e não como adulto em miniatura. Até então, a criança tinha sido considerada do ponto de vista do adulto, olhada como um adulto ante um binóculo invertido; aquilo que fosse útil ao inútil para o adulto, igualmente o seria, guardadas as devidas proporções para a criança.”

Segundo o texto:

- (A) O comportamento da criança é a uma antecipação do comportamento do adulto.
- (B) Atualmente, a pedagogia considera a criança um ser qualitativamente diferenciado do adulto.
- (C) A pedagogia moderna, para interpretar o comportamento do adulto, tem que reportar-se à infância.
- (D) Para a corrente pedagógica moderna, a não ser por uma questão de grau, a motivação intrínseca da criança é a mesma que a do adulto.

09. "Para vendermos produtos, mesmos mais baratos, os salários das classes mais baixas precisariam ser maiores."

Conclui-se do texto que:

- (A) As classes pobres podem comprar apenas os produtos cujo preço foi sensivelmente reduzido.
- (B) O fato de os salários serem baixos induz as classes pobres à indiferença diante de suas necessidades do consumo.
- (C) As classes pobres, em face de seus baixos vencimentos, não se importam com a qualidade dos produtos que consomem.
- (D) A redução do preço dos produtos não é suficiente para colocá-los ao alcance dos salários das classes mais baixas.

10. "A idéia de que diariamente, a cada hora, a cada minuto e em cada lugar se realizam milhares de ações que me teriam profundamente interessado, de que eu deveria certamente tomar conhecimento e que, entretanto, jamais me serão comunicadas – basta par tirar o sabor a todas as perspectivas de ação que encontro a minha frente. O pouco que eu pudesse obter não compensaria jamais esse infinito perdido."

De acordo com o texto, para o autor:

- (A) A consciência da impossibilidade de participar de todos os acontecimentos diminui a importância de seus atos.
- (B) O interesse que o indivíduo manifesta em participar dos acontecimentos é maior que sua capacidade par dirigi-los.
- (C) O mundo não se resolve nos gestos individuais, mas resulta do conjunto da ação harmoniosa dos indivíduos.
- (D) A impotência de participar dos acontecimentos de seu tempo traz, como consequência, o descaso pela ação humana.

11. "Um dia desta semana, farto de vendavais, naufrágios, boatos, mentiras, polêmicas, farto de ver como se descompõem os homens, acionistas e diretores, importadores e industriais, farto de mim, de ti, de todos, de um tumulto sem vida, de um silêncio sem quietação, peguei de uma página de anúncios (...)"

Dizendo-se farto "de um tumulto sem vida, de um silêncio sem quietação", o cronista permite-nos concluir que ele vê o mundo como:

- (A) Incompreensível;
- (B) Contraditório;
- (C) Autoritário;
- (D) Indiferente.

12. Assinale a única alternativa que está de acordo com as normas de regência da língua culta.

- (A) Avisei-o de que não desejava substituí-lo na presidência, pois apesar de ter sempre servido à instituição, jamais aspirei a tal cargo;
- (B) Avisei-lhe de que não desejava substituí-lo na presidência, pois apesar de ter sempre servido a instituição, jamais aspirei a tal cargo;
- (C) Avisei-lhe de que não desejava substituir-lhe na presidência, pois apesar de ter sempre servido à instituição, jamais aspirei a tal cargo;
- (D) Avisei-o de que não desejava substituí-lo na presidência, pois apesar de ter sempre servido a instituição, jamais aspirei tal cargo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

13. Qual o modelo de CONTRATO DE GESTÃO adotado no Direito Brasileiro?

- (A) Modelo Inglês.
- (B) Modelo Francês.
- (C) Modelo Americano.
- (D) Modelo Anglo-saxão.

14. No que diz respeito à PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É *intuitu personae*, através do qual o Poder Público transfere a alguém o desempenho de um serviço de sua alçada.
- (B) É ato precário e discricionário.
- (C) Tem natureza contratual.
- (D) É ato de natureza unilateral, diferentemente da concessão.

15. Sobre os contratos celebrados pela Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual.
- (B) Nos contratos celebrados pela Administração Pública apenas com as pessoas jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar, necessariamente, cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual.
- (C) Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, exceto aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual.
- (D) Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, poderá constar cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual.

16. Assina a alternativa correta no que diz respeito à Súmula 473 do STF.

- (A) A administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (B) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (C) A administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, dispensada a apreciação judicial.
- (D) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

17. Qual modalidade de licitação realizada com o intuito de vender bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados?

- (A) Convite.
- (B) Leilão.
- (C) Tomada de Preço.
- (D) Concurso.

18. Com qual idade o servidor público deverá ser aposentado COMPULSORIAMENTE?

- (A) 75 anos.
- (B) 70 anos.
- (C) 65 anos.
- (D) 60 anos.

19. Qual tempo dura uma legislatura?

- (A) 01 ano.
- (B) 02 anos.
- (C) 03 anos.
- (D) 04 anos.

20. É de competência EXCLUSIVA do Congresso Nacional, EXCETO:

- (A) Plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.
- (B) Autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.
- (C) Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- (D) Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

21. Sobre MANDADO DE SEGURANÇA, assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, mesmo que amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
 - (B) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
 - (C) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
 - (D) Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada.
22. No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.
 - (B) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
 - (C) A obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal e de terceiros.
 - (D) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
23. Sobre o IPTU, assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) O sujeito passivo abrange aquele que detém qualquer direito de gozo, relativamente ao bem imóvel, seja pleno ou limitado.
 - (B) O fato gerador é a propriedade, domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido na lei civil.
 - (C) A base de cálculo é o valor venal do imóvel.
 - (D) Segundo determina a Constituição Federal, o IPTU é de competência Municipal, ressalvados os casos dos territórios federais, onde essa competência passa, excepcionalmente para a União.
24. Sobre o ISS, assinale a alternativa CORRETA.
- (A) A base de cálculo é o valor do serviço (*o líquido*).
 - (B) A tributação do ISS é variável ou proporcional, de acordo com as características do sujeito passivo.
 - (C) O fato gerador do ISS caracteriza-se pela efetiva prestação remunerada de serviços a terceiros, e não pelo contrato ajustado.
 - (D) Em face do princípio da estrita legalidade tributária, para que os Municípios possam cobrar ISS dos prestadores de serviços, devem instituí-los por meio de lei complementar própria, que poderá adotar todos os itens da lista de serviços prevista na Lei Complementar 116/33, ou apenas alguns deles, sendo-lhes, porém, defeso criar serviços não previstos nessa norma complementar, sob pena de inconstitucionalidade.
25. Cabe à proposição de Ação Civil Pública, EXCETO:
- (A) Danos contra o meio ambiente.
 - (B) Pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
 - (C) Danos a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
 - (D) Por infração da ordem econômica e da economia popular.
26. Em se tratando do remédio constitucional “Habeas Data”, assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrado, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
 - (B) O Ministério Público tem legitimidade ativa.
 - (C) O Ministério Público poderá atuar como *custus legis*.
 - (D) A petição inicial, que deverá preencher os requisitos dos arts. 282 a 285 do Código de Processo Civil, será apresentada em duas vias, e os documentos que instruírem a primeira serão reproduzidos por cópia na segunda.
27. Assinale a alternativa CORRETA.
- (A) Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.
 - (B) Qualquer pessoa será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta e cinco por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.
 - (C) Qualquer indivíduo será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de quarenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.
 - (D) Qualquer ente será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de sessenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.
28. Sobre Parceria Público-Privada assinale a alternativa CORRETA.
- (A) Não exige contraprestação pecuniária.
 - (B) Tendo em vista a natureza do contrato não há necessidade da realização de licitação.
 - (C) A PPP poderá ser concessão patrocinada ou concessão administrativa.
 - (D) A PPP só pode se aplicar a contrato de valor igual ou superior a 10 milhões de reais, com prazo superior a 05 anos e prazo máximo de 20 anos.
29. Sobre o ITBI, assinale a alternativa CORRETA.
- (A) A base de cálculo para o ITBI é o valor venal do imóvel, constante na escritura pública de registro.
 - (B) O ITBI é imposto de natureza real, não podendo ter alíquotas progressivas, sejam fiscais ou extrafiscais.
 - (C) O ITBI é de competência estadual e de natureza real.
 - (D) Cabe a incidência de ITBI nas propriedades adquiridas mediante usucapião.
30. Quanto ao IPTU, é incorreto afirmar:
- (A) É de competência municipal;
 - (B) Quem tributa é o município;
 - (C) Quem arrecada é o município;
 - (D) Quem recolhe é o município.

31. O município tem competência de tributar:

- (A) ICMS, ISS, IPTU e ITR;
- (B) ISS, IPTU, Alvará de Localização e ITBI;
- (C) INSS, ISS, IPTU e ITBI;
- (D) CSLL, IPTU, ITR e ITBI.

32. Marque a alternativa incorreta:

- (A) Define-se Contabilidade Pública como sendo o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos dos atos e fatos da fazenda pública;
- (B) A contabilidade societária tem como foco principal o patrimônio e as suas avaliações, de forma tal que a principal peça é o Balanço Patrimonial;
- (C) A Contabilidade Pública estuda o patrimônio dos entes públicos e também é chamada de Contabilidade Governamental, podendo ser confundida com a Contabilidade Social;
- (D) A Contabilidade Pública está intimamente ligada à gestão de recursos públicos.